



Moção pela mobilidade de pessoas e bens no interior do país e pela igualdade de serviços

Os transportes de pessoas e bens assumem no mundo atual e de globalização o pilar fundamental para o desenvolvimento de regiões e países, os serviços públicos são a base para o tornar sustentável, é neste âmbito que esta moção é apresentada, na defesa de um desenvolvimento sustentável do interior do país.

Existe ainda um país a 2, 3 e até mesmo 4 velocidades um país onde o interior continua a ser um peso “morto” ou quase “morto” para o litoral desenvolvido, um país onde o litoral carrega às costas um interior despovoado, onde faltam meios de transporte, acessibilidades, serviços públicos tais com por exemplo, Centros de saúde e hospitais capacitados para dar respostas, entre outros serviços, o que inviabiliza a fixação de pessoas e empresas. Um país onde não existe equidade de oportunidades entre cidadãos e onde viver no interior continua a ser um desafio muitas vezes feito por amor à terra e por persistência.

Temos um litoral desenvolvido, com autoestradas, linhas de comboio, sistemas de transportes adequados e a custos baixos onde quem os utiliza beneficia de apoios para os utilizar. Temos um litoral que discute novas estradas, novos aeroportos e novas pontes. Onde o estado central e algumas câmaras têm neste momento ao dispor dos cidadãos que ali moram passes sociais a preços baixos ou até mesmo grátis. Um litoral com serviços públicos adequados às necessidades.

Por outro lado, temos um interior onde faltam estradas, autoestradas, linhas de comboio, transportes públicos, onde faltam apoios estatais para os transportes e serviços públicos adequados as necessidades desta zona do país. O interior é hoje uma zona do país a necessitar urgentemente de investimento publico em várias áreas e com estas a serem áreas primordiais para uma sobrevivência futura de um Portugal uno e não um Portugal a várias velocidades.

Para termos esta capacidade de fixar pessoas é fundamental desenvolver as redes viárias e colocar à disposição das pessoas meios de transportes rápidos, cómodos e eficazes, termos oferta de serviços públicos básicos e com qualidade adequada.

É assim uma forma sustentável de termos um desenvolvimento integrado de um Portugal, onde todas as regiões trabalham para uma riqueza e desenvolvimento integrado

de um país que se quer único e equitativo e onde se consiga dividir riqueza e também responsabilidades.

O Congresso da Anafre-Associação Nacional de Freguesias, reunido entre os dias 11 e 13 de Março delibera que o Conselho Diretivo da Anafre ouça as delegações regionais e as freguesias do interior do país com o intuito de articular um documento a apresentar ao governo central com um conjunto de medidas a implementar neste sentido:

- Criação de documento que espelhe as necessidades do interior do país na criação de infraestruturas, viárias e ferroviárias de desenvolvimento da região.
- Estudo e criação de um sistema de transportes públicos eficazes e a custos baixos para este território, onde numa fase inicial se implemente o transporte a pedido (já realizado como teste piloto em alguns concelhos).
- Criação de medidas mitigadoras e de transição que vigorem até as infraestruturas e transportes públicos estarem implementadas, que podem passar por benefícios fiscais para pessoas e empresas na deslocação para os seus locais de trabalho e para o transporte dos bens aqui produzidos, bem como de matérias primas necessárias para a laboração de empresas.
- Análise dos serviços públicos retirados ao interior do país, bem como da sua reposição e reforço em zonas mais deficitárias.

Impera à Anafre pugnar para que as juntas de freguesia sejam ouvidas neste sentido, juntas estas que estão mais próximas das pessoas e assim dos seus efetivos problemas

Impera ao estado ouvir as juntas de freguesia e assim ouvir as populações.

Esta é uma moção pelo interior do país, mas sem dúvida alguma uma moção por Portugal e por um desenvolvimento uno, porque só assim o país no seu todo pode crescer de forma sustentável.

POR UM PORTUGAL UNO!

Braga, 12 de Março de 2022

1º Subscritor- Nélio Painha, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro- Sousel